

Ricardo Nunes afasta radicais mirando governo

Grupos do PL criticaram escolhas do prefeito para o secretariado

Por Karoline Cavalcante

As escolhas feitas pelo prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), para seu segundo mandato à frente da administração municipal parecem estar mais voltadas para o cenário político de 2026 do que propriamente para as demandas imediatas da cidade. É o que avalia o cientista político Marco Teixeira. De acordo com ele, Nunes estaria se posicionando estrategicamente para uma possível candidatura ao governo de São Paulo, caso o atual governador, Tarcísio de Freitas (Republicanos), decida concorrer à presidência da República nas próximas eleições.

Teixeira explica que, no contexto atual, a movimentação de Nunes é natural, visto que a política paulista ainda não tem uma definição clara sobre o futuro da direita no Estado. “Se houver uma movimentação de Tarcísio para a presidência da República, certamente o Nunes passa a ver com olhos desejosos, digamos assim, a candidatura ao governo do Estado porque a direita em São Paulo não teria outro nome”, diz o cientista político.

A análise também aponta que, em seu esforço de formar um governo equilibrado, o prefeito tem enfrentado dificuldades para conciliar interesses de diferentes grupos dentro da base aliada, o que gerou certo descontentamento, especialmente entre setores mais ligados ao Partido Liberal (PL).

Secretaria

O coronel da Polícia Militar, Ricardo de Mello Araújo (PL), atual vice de Nunes, foi indicado pelo ex-presidente Jair



Se Tarcísio for para presidente, Nunes mira governo

Bolsonaro (PL) e era cotado, para além do seu posto, assumir a Secretaria de Projetos Estratégicos. A expectativa, porém, foi frustrada e Edson Ortega, que já ocupava a função, permaneceu no cargo.

Em conversa com a imprensa, na última quinta-feira (3), Ricardo Nunes exaltou o trabalho do vice-prefeito, afirmando que uma nomeação para secretaria não se fazia necessária. Além disso, anunciou que Mello Araújo ficará responsável pelo grupo de trabalho que vai cuidar da Cracolândia.

“Pode ter a nomeação, mas isso não muda muito porque ele é o vice-prefeito. Ele quem vai coordenar a questão do plano de chuvas, e com a força de vice-prefeito, ele tem uma articulação melhor com todas as secretarias. Ele vai acompanhar e atuar na gestão. A questão de ter a função ou não, não interfere com relação ao trabalho, ele é o responsável das questões

estratégicas da cidade de São Paulo, mas no âmbito geral”, disse o prefeito.

O presidente municipal do PL, Isac Félix, disse ao Portal UOL que esperava “mais reconhecimento” à sigla, que ficou responsável por duas secretarias. “Temos duas secretarias e não é do tamanho que o PL mereça. Com dois vereadores, tinha uma [secretaria], com sete, temos duas. O tamanho do PL triplicou, demos mais de 500 mil votos para o Ricardo”, iniciou.

“Fui um dos mais que trabalhei para que o PL apoiasse Nunes e tínhamos expectativa de sermos reconhecidos com secretarias maiores, e não veio. Houve um empenho muito forte do PL. Esperávamos mais reconhecimento”, acrescentou Félix.

Escolhidos

Os nomes dos escolhidos do PL são o ex-prefeito de Suzano, Rodrigo Ashiuchi (PL),

para a Secretaria do Verde e Meio Ambiente e o ex-prefeito de Jundiá, Luiz Fernando Machado (PL), que assume a Secretaria de Desestatização e Parcerias.

Não quis

Contrariando as especulações, Mello Araújo explicou que Nunes ofereceu a escolha pela secretaria e ele que não aceitou.

“Eu vou deixar bem claro, é bom para todo mundo entender: eu pedi para o prefeito Ricardo Nunes, eu falei assim ‘eu quero ser vice-prefeito, eu não quero ser secretário’”, iniciou.

“Eu quero ajudá-lo a fazer essa cidade voar, fazer essa cidade melhor do que está, e se você fica em uma secretaria o teu foco passa a ser específico, você só enxerga a secretaria”, acrescentou.

A declaração foi dada em entrevista ao canal AuriVerde Brasil nesta quinta-feira (9).

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Dias Toffoli quer ampliar a responsabilidade das redes

Radicalização da Meta tende a endurecer STF

O vale-tudo decretado por Mark Zuckerberg tende a radicalizar a avaliação do Supremo Tribunal Federal em julgamentos que tratam da responsabilidade de plataformas como Facebook e Instagram em relação a publicações de usuários.

Até terça-feira, a tendência do STF era de acompanhar uma posição mais conciliadora, defendida em voto pelo presi-

dente da corte, Luís Roberto Barroso. Até agora, três ministros votaram — o julgamento foi suspenso por pedido de vista do ministro André Mendonça.

Está em jogo a ampliação dos casos em que as plataformas são obrigadas a retirar conteúdos mesmo sem ordem judicial. Ao acabar com a moderação e falar em “tribunais secretos”, Zuckerberg, dono da Meta, atçou o STF.

Fux amplia

Relator de um dos casos, Luiz Fux quer que plataformas excluam conteúdos ilícitos assim que notificadas por cidadãos. Em casos de racismo, pedofilia, incitação à violência, discurso de ódio ou apologia a golpe de Estado as redes deveriam se antecipar a reclamações.

Outros casos

Dias Toffoli listou 11 casos — entre eles, estímulo ao terrorismo, violência contra mulheres, mentiras relacionadas ao processo eleitoral — em que as plataformas seriam obrigadas a retirar conteúdos ao receberem notificações extra-judiciais, ou seja, feitas por cidadãos.



Presidente do STF mantém casos de ordem judicial

Meio-termo proposto por Barroso fica ameaçado

Menos radical, Barroso propôs que plataformas sejam punidas caso não tomem providências para retirar conteúdos criminosos, como criação de perfis falsos.

Para o presidente do STF, porém, seria necessária decisão judicial para que fossem banidos casos de supostos crimes contra honra: injúria, ca-

lúnia e difamação.

Barroso também votou para a criação do conceito de “dever de cuidado”. Ou seja, as redes deveriam ficar atentas para prevenir a publicação de conteúdos relacionados a terrorismo, tráfico de pessoas, estímulo ao suicídio, pornografia infantil, abolição do Estado de Direito e golpe de Estado.

Marco frágil

Entre os que acompanham o debate profissionalmente, há um certo consenso de que o Marco Civil, de 2014, foi um avanço importante, mas acabou superado por fenômenos como as fake news. Ficou garantista demais, incapaz de resistir ao crime nas redes.

Dor no bolso

Apesar dos rugidos de Zuckerberg, o STF tem a seu favor a rendição de Elon Musk, que cedeu após o X ser tirado do ar. O eventual fechamento das sedes brasileiras das redes teria consequências no faturamento de todas elas, e ninguém gosta de perder dinheiro.

Radicalização

Um dos pontos questionados é o fato de as redes estimularem a polarização ao encaminharem para consumidores apenas conteúdos que reforçam suas convicções políticas. Sem acesso ao contraditório, a visões diferentes, o internauta tende a ficar mais radical.

Efeito Corina

As notícias sobre o prenda-solta, na Venezuela, da opositora Maria Corina Machado aumentaram a preocupação do Itamaraty com a ida de representante brasileiro à nova posse de Nicolás Maduro. Há dúvida sobre o que seria pior: manter ou cancelar o que estava previsto.

Lula veta PL com pensão para crianças vítimas do Zika vírus

Por Karoline Cavalcante

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), decidiu vetar integralmente, nesta quinta-feira (9), o projeto de lei (PL 6.064/2023) que estabelecia a indenização por dano moral e a concessão de pensão vitalícia a crianças com microcefalia decorrente da infecção pelo Zika vírus, transmitido pela picada do mosquito *Aedes aegypti*.

O projeto foi inicialmente apresentado em 2015, pela senadora Mara Gabrilli (PSD-SP), quando era deputada federal. O texto previa uma indenização única de R\$ 50 mil por danos morais, além de uma pensão mensal vitalícia no valor de R\$ 7.786,02 — equivalente ao teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Ambos os valores seriam corrigidos pela inflação, conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), e ficariam isentos de imposto de renda.

A pensão poderia ser acumulada com benefícios previdenciários de até um salário-mínimo e com o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Além disso, a proposta extinguia a exigência de revisão bianual para os beneficiários do BPC.

Outro ponto do projeto que foi vetado aumentava em 60 dias o direito à licença-maternidade e ao salário-mater-



Associações criticaram o veto feito por Lula

nidade para mães — inclusive as adotivas — de crianças com microcefalia causada pelo Zika. Também estava previsto o aumento de 20 dias no direito à licença-paternidade para esses pais.

Veto

O veto foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) e recebeu manifestação favorável de diversos ministros. A justificativa apontou que, apesar da boa intenção do legislador, a proposta contraria o interesse público ao criar uma despesa obrigatória de caráter continuado e ampliar benefi-

cios da seguridade social sem a devida estimativa de impacto orçamentário e financeiro. Além disso, não foi identificada a fonte de custeio para o projeto, nem foi apresentada uma medida de compensação. A falta de uma cláusula de vigência para o benefício tributário também foi apontada.

Outro argumento foi que a proposta dispensava a reavaliação periódica dos beneficiários do BPC em casos de deficiência decorrente do Zika, o que diverge da abordagem biopsicossocial da deficiência, prevista na Convenção Internacional sobre os Direitos das

Pessoas com Deficiência. Isso criaria um tratamento desigual em relação a outras pessoas com deficiência.

No lugar do veto, o governo federal editou uma medida provisória que cria um apoio financeiro de R\$ 60 mil para crianças de até 10 anos que nasceram com deficiência causada pelo vírus zika durante a gestação. O valor, que será concedido uma única vez, não poderá ser acumulado com outra indenização da mesma natureza. Sendo que, a concessão fica sujeita à disponibilidade orçamentária e financeira.

Retrocesso

Segundo a presidente nacional da ONG UniZika, Luciana Arrais — mãe da Ana Lis, de 8 anos, que possui a síndrome do Zika vírus — a MP serve como uma espécie de “calabuço” para as mães, tentando “silenciá-las”.

“Eles tomaram a decisão de elaborar essa medida provisória por conta própria, sem ouvir as reais necessidades das mães e das famílias”, disse Arrais.

A C.E.O do Instituto Vidas Raras, Regina Próspero, lamentou a determinação, que segundo ela, traz um retrocesso para quem precisa de acolhimento. “Como resultado destes males, causados por uma saúde básica deficiente, muitas famílias são prejudicadas e obrigadas a permanecerem ao lado do seu filho desde o nascimento”.